

Este número 65 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) apresenta a conjuntura do mercado de trabalho nos dois primeiros trimestres de 2018 e busca fundamentar e fortalecer o debate de políticas que afetem esse mercado. Nesse sentido, a análise conjuntural utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e complementarmente as informações da Pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho (MTb). A análise conjuntural destaca que o mercado de trabalho na primeira metade de 2018 foi caracterizado por uma trajetória de lenta recuperação. A taxa de desocupação mantém-se elevada e apresenta um ritmo de queda pouco acentuado. Esta trajetória de desaceleração tímida do desemprego reflete, principalmente, o desempenho mais modesto do crescimento da ocupação.

Além do texto de análise conjuntural e do anexo estatístico, que traz recortes mais detalhados das informações que fundamentam essa análise, integram também este volume as usuais seções *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*.

A seção *Notas técnicas* é composta por três textos. A nota de autoria de Cláudio Hamilton Matos dos Santos, Érica Lima Ambrósio, Felipe dos Santos Martins, Igor Ribeiro Mendonça e Lucas Martins de Mattos, intitulada *O que pode dar errado quando se usam os microdados da Rais para análises do emprego público por ente federado? Um inventário dos problemas conhecidos e algumas soluções*, tem como objetivo estender e refinar o esforço de Santos *et al.* (2018) no sentido de quantificar e mitigar os problemas da Relação Anual de Informações Sociais para as administrações públicas (Rais-APU). Além disso, a nota aplica a metodologia proposta pelos referidos autores a todos os estados e municípios no período 2004-2016 e propõe, ainda, quatro refinamentos à metodologia de Santos *et al.* (2018). Por fim, o texto sugere uma metodologia de identificação de municípios com microdados de boa qualidade em anos específicos na Rais-APU.

A nota intitulada *Comparando bases de dados: o caso do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)*, dos autores Mariana Eugenio Almeida, Marcelo de Sousa, Felipe Vella Pateo e Augusto Veras Soares M. Albuquerque, tem como objetivo apresentar as especificidades metodológicas do Caged e da Pnad Contínua, sistematizando as principais diferenças que devem ser consideradas ao realizar análise conjunta dessas bases de dados. E, após, analisar a tendência do emprego formal em cada uma das bases apresentadas, a partir da série histórica que vai de 2012 a 2018.

Por fim, Miguel Foguel e Máira Penna Franca apresentam a nota *A sensibilidade do desemprego às condições da economia para diferentes grupos de trabalhadores*, que tem

como objetivo analisar quais grupos socioeconômicos (demarcados por sexo, cor, idade e escolaridade) apresentam maior sensibilidade da incidência de desemprego e do tempo de busca por emprego às variações nas condições do mercado de trabalho. Além disso, a análise procura também detectar se houve heterogeneidade de resposta do desemprego desses grupos à última recessão, usando como fonte de dados a Pnad Contínua do IBGE no período entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2018.

A seção *Política em foco* traz três textos. No primeiro, sob o título *Avanços recentes na política de combate à informalidade do trabalho assalariado no Brasil: ações da Secretaria de Inspeção do Trabalho*, Celso Amorim Araujo aborda a política adotada recentemente pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) para formalização dos trabalhadores empregados, ou seja, daqueles que guardam relação de subordinação com seu empregador, o qual nem sempre se apresenta de forma clara, muitas vezes está escondido na cadeia de subcontratação ou mascarado por arranjos formais fraudulentos, como pejotização, terceirização ilícita, estágios irregulares, entre outros. O foco do texto está, mais precisamente, centrado no Plano Nacional de Combate à Informalidade do Trabalhador Empregado (Plancite).

O texto de Sandro Pereira Silva, sob o título *Propostas de reformulação no arranjo de financiamento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil*, reconhece algumas dificuldades recentes que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) vem enfrentando no financiamento de seus programas. O trabalho tem como objetivo, portanto, apresentar algumas propostas com vistas a uma reformulação no desenho institucional do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPETR) no Brasil.

O último texto da seção intitula-se *O impacto do Sine no mercado de trabalho* e tem Túlio Cravo, Chris O’Leary, Rodrigo Quintana, Leandro Justino e Ana Cristina Sierra como autores, os quais avaliam, pela primeira vez, o impacto do Sistema Nacional de Emprego (Sine) no mercado de trabalho brasileiro utilizando dados administrativos da intermediação de mão de obra em conjunto com informações da Rais. E o objetivo, por fim, é entender melhor o impacto do Sine, com o intuito de contribuir para que o sistema se torne um instrumento mais efetivo de política ativa de mercado de trabalho.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz três artigos. O primeiro deles, dos autores Simaia Santos Barreto, Marcus Fabrício Oliveira e Laís Francine Nascimento de Jesus, sob o título *Os bancos comunitários de desenvolvimento e a circulação de moedas sociais no Fórum Social Mundial de 2018*, objetiva analisar a participação das finanças solidárias durante o Fórum Social Mundial 2018 (FSM 2018). Com esse fim, o artigo aborda o contexto do FSM em Salvador, a inserção do movimento de economia solidária, e, conseqüentemente, a articulação das finanças solidárias no processo de ocupação do “lugar de circulação de moedas tradicionais” no decorrer do evento.

O texto *Da crise institucional ao Estado mínimo: o arrefecimento nas políticas públicas de inclusão socioeconômica de catadores e catadoras de materiais recicláveis*, dos autores Ronalda Barreto Silva e Roberto Marinho Alves da Silva, busca compreender o contexto em que ocorre a emergência da questão dos resíduos sólidos no Brasil, e confere relevância aos programas e às ações de fomento e de fortalecimento de organizações de coleta e de reciclagem constituídas por catadoras e catadores, a partir de 2003 até 2014.

## APRESENTAÇÃO

Da mesma forma, busca identificar, no período posterior, quais são os principais impactos institucionais e orçamentários que limitam a implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a expansão das políticas públicas de economia solidária de apoio e fortalecimento da coleta e da reciclagem popular.

Por fim, o trabalho de Marcos Aurélio Souza, intitulado *A comercialização em empreendimentos econômicos solidários atuando em áreas urbanas, liderados por mulheres em atividades de produção artesanal*, busca trazer um maior entendimento do universo da comercialização nos empreendimentos da economia solidária (EES). O artigo traz os principais resultados desse estudo tratando da comercialização na economia solidária, em empreendimentos urbanos de produção artesanal, liderados por mulheres.

